

# 1 Introdução

## 1.1 Medo e violência

O congresso internacional a que se refere Carlos Drummond de Andrade parece ter perdido a temporalidade provisória que o definia. O ato de cantar o medo é diário e constante nos grandes centros urbanos do mundo contemporâneo. Neste coral de cantos que compõem o imaginário social<sup>1</sup>, há uma melodia que soa destacada e repetidamente, e que solfejamos todos os dias através da imprensa: o medo da violência urbana.

Por esta perspectiva, é impossível deixar de notar que, em praticamente todos os noticiários inseridos na cultura de massa, as histórias relacionadas a crimes ganham um espaço destacado e cotidiano. Seja nos já tradicionais diários impressos, nos hebdomadários, nos telejornais, no rádio ou mesmo na Internet, a violência é sempre uma pauta muito explorada, por vezes, sustentando grande parte das edições de um meio impresso ou de um telejornal. Não só no Brasil, mas, também, em um grande número de países, as agências de informação dão grande atenção a acontecimentos que conjugam crime e violência.

Isto constatado, o que nos traz a essa pesquisa é uma inquietação em relação às formas discursivas do jornalismo contemporâneo e às conseqüentes mediações a que estão inexoravelmente imbricadas estas representações do cotidiano. Partimos, então, da desconfiança de que há uma conjugação entre as narrativas jornalísticas sobre os crimes violentos e uma construção do medo no imaginário social das grandes cidades brasileiras. Por essa perspectiva, acreditamos que este

---

<sup>1</sup> O conceito de imaginário é controverso e passível de diferentes abordagens. Optamos por utilizar a ampla definição formulada por Jean-Jacques Wunenburger: “imaginário [é] um conjunto de produções, mentais ou materializadas em obras, com base em imagens visuais (quadro, desenho, fotografia) e lingüísticas (metáfora, símbolo, relato), formando conjuntos coerentes e dinâmicos, referentes a uma função simbólica no sentido de um ajuste de sentidos próprios e figurados” (Wunenburger, 2007:11).

imaginário é, em boa parte, nutrido pelas “representações do real”<sup>2</sup> narradas nas práticas de reportagem da imprensa de massa.

A concepção de que o medo poderia ser um legítimo objeto de estudo ganhou atenção no final da década de 1970, quando o historiador Jean Delumeau lançou a sua célebre obra *História do medo no ocidente*<sup>3</sup>. Aluno de Fernand Braudel e seguidor do que ficou conhecida como a história das mentalidades, vertente da *nouvelle histoire*<sup>4</sup>, Jean Delumeau começou a se dedicar a uma temática que não se alinhava à tradição historiográfica francesa até então. Como Peter Burke enumera em seu livro *A escola dos Annales*<sup>5</sup> (1990), as principais preocupações dos historiadores que fundaram a revista e, posteriormente, o movimento historiográfico, tinham um foco diferenciado em relação ao cânone. A proposta era investigar o passado utilizando uma metodologia que focalizava menos a tradicional historiografia política, e mais o estudo das atitudes psicossociais e seus efeitos comportamentais.

Estes pensadores trabalhavam, em linhas gerais, por uma reformulação do paradigma que se encontrava estritamente aliado a uma tradição de história escrita que focava o estudo da política, da economia e dos eventos político-militares. A tradição metodológica da historiografia, até o aparecimento da *nouvelle histoire*, era marcada por uma escrita dos vencedores, ou seja, aqueles que estiveram no poder. Nesse sentido, a busca era por reinventar um fazer historiográfico que pudesse pesquisar outras práticas que compõem um senso de história por detrás das versões oficiais. Desde a ruptura epistemológica do grupo nos anos 1920, a história vem sendo escrita sob perspectivas variadas, em oposição à forma dominante até então, apresentada como a história dos grandes feitos dos grandes homens, i.e., chefes militares e reis.

---

<sup>2</sup> Coloco entre aspas a expressão ‘representações do real’ pois, neste trabalho, também serão discutidas algumas tensões contemporâneas relacionadas às convenções do discurso jornalístico hegemônico e também à idéia de real construída por tais discursos.

<sup>3</sup> Delumeau, 1989.

<sup>4</sup> Esta vertente historiográfica teve início com a consagrada revista *Annales d’histoire économique et sociale*, que propunha a escrita de uma história voltada para outras questões que não só os fatos políticos e econômicos, mas para as práticas sociais e o cotidiano. Foi marcada por nomes como Lucien Febvre e Marc Bloch, Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e diversos outros que gravitaram em torno do grupo, além de um grande número de historiadores, antropólogos e sociólogos influenciados pela perspectiva histórica do grupo, incluindo Michel Foucault e Michel de Certeau.

<sup>5</sup> Segundo Peter Burke, essa vertente que ficou conhecida como *nouvelle histoire* buscava “a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema; [...] a

Influenciado pelas idéias da *nouvelle histoire*, Delumeau tece um rico panorama dos medos na transição da Idade Média para a Idade Moderna, ou seja, entre os séculos XIV e XVIII. O historiador francês lança mão do argumento de que, ao longo deste período de transição, as intempéries da natureza respondiam pelo imaginário do medo que se criava no meio social europeu. As epidemias de peste e de cólera, as colheitas arrasadas que produziam miséria e fome, os incêndios provocados por raios, os terremotos e outras catástrofes que não podiam ser controladas e nem facilmente remediadas pelo ser humano, eram as grandes ameaças que circundavam o cotidiano desta época.

No entanto, os medos não são representações estáticas e, como as sociedades que os produzem, eles também adquirem outras feições ao longo do tempo. Se, em linhas gerais, podemos afirmar que o que conceituamos como modernidade<sup>6</sup> trouxe avanços tecnológicos às sociedades, tendemos a ver que tais desenvolvimentos giraram, muito em parte, em torno de um domínio dos medos de outrora.

Como conseqüência desta prática e condição social que caracterizam a modernidade, os medos, que eram construídos em função de uma indefencibilidade em relação aos imprevisíveis ataques da natureza, tornaram-se medos muito mais sociais, ou seja, provenientes do próprio convívio em sociedade<sup>7</sup>. As guerras, que também concorriam com os eventos naturais como potenciais perigos, a partir da invenção das armas de fogo, no final da Idade Média, foram responsáveis por uma grande mudança. Segundo Delumeau, no

---

história de todas as atividades humanas e não apenas a história política; [...] e a colaboração com outras disciplinas” (Burke, 1990:12).

<sup>6</sup> Ben Singer aponta três aspectos fundamentais para a conceituação do que estamos chamando de modernidade. (1) Como conceito moral e político, a modernidade pode ser entendida como um “desamparo ideológico” de um mundo pós-sagrado e pós-feudal no qual todas as normas e valores estão sujeitos a questionamento. (2) Como um conceito cognitivo, entende-se que esse conceito aponta para o surgimento da racionalidade instrumental como a moldura intelectual por onde o mundo é percebido e construído. (3) Como um conceito socioeconômico, a modernidade designa uma grande quantidade de mudanças tecnológicas e sociais que tomaram forma nos séculos XIX e XX (Singer, 2001:115).

<sup>7</sup> “O que muda com o advento da sociedade moderna? Agora, porque o social, o político e a história são percebidos como obras dos próprios homens, verifica-se também que as relações sociais não foram ordenadas por Deus ou pelo diabo, mas nasceram da ação social de grupos divididos (na linha de Maquiavel), da reunião de indivíduos isolados (na linha das teorias do contrato social). Assim, ao lado do medo de Deus e do diabo (pois a sociedade moderna é cristã) e do medo da natureza, os homens passam a ter um medo fundamental: temem uns aos outros enquanto seres humanos. Donde as teorias modernas do ‘homem lobo do homem’ e da situação pré-política como ‘guerra de todos contra todos’. O medo, antes teológico-político, torna-se medo sociopolítico, medo do humano” (Chauí, 2006:91).

conjunto das ameaças que se formaram ao longo da Idade Moderna, as guerras ganharam posição de destaque.

Eventos tais como a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas, a guerra de Secessão, as duas Grandes Guerras Mundiais, as bombas atômicas de 1945 e a corrida armamentista da Guerra Fria, resultaram em um número estarrecedor de mortos. A constatação imediata do historiador é de que as guerras fazem cada vez mais vítimas indiscriminadamente. Prova disso é o terrorismo atual, forma inédita de guerra, que se vale de civis, prática incabível há duzentos anos.

Neste sentido, mesmo outras catástrofes como as epidemias de AIDS, as secas, as *tsunamis*, os terremotos e o suposto aquecimento global (que ganha cada vez mais espaço nos debates internacionais), ou seja, catástrofes da natureza que continuam sendo incontroláveis, mas que podem, mesmo que precariamente, ser remediadas, não recebem tanta atenção como os conflitos e as guerras. A categoria alteridade social, já então ameaçadora, tornou-se a grande produtora do medo moderno e contemporâneo.

Esse é o mote, por exemplo, do livro *Confianza y temor en la ciudad* (2006), de Zygmunt Bauman. Este autor aponta na mesma direção de Jean Delumeau ao colocar sua base de análise nos três grandes sofrimentos do ser humano: a natureza, o corpo e a sociedade. Para Bauman, a degradação da natureza e do corpo humano são inevitáveis e, por isso, o homem, mesmo com todo o esforço empreendido, só consegue meramente aliviar a dor e o medo que vêm destas causas. É preciso conviver com isso. Por outro lado, a sociedade não tem um caráter de inevitabilidade. As regras sociais mudam<sup>8</sup> e os sofrimentos também, e o que parece ser o grande sofrimento dos habitantes das cidades do mundo contemporâneo é a insegurança.

Para ele, a sensação de insegurança não poderia ter surgido sem dois fatores: (1) a sobrevalorização do indivíduo que se liberou dos laços que uma densa rede de vínculos sociais lhe impunha – abriu portas para a emancipação e a auto-

---

<sup>8</sup> Marilena Chauí comenta a mudança sofrida na concepção de medo a partir do surgimento da burguesia na Europa. “Nas sociedades aristocráticas, fundamentalmente guerreiras, o medo sempre foi articulado à covardia diante dos perigos da guerra e contraposto à coragem como virtude própria dos guerreiros, ou seja, da aristocracia. O medo, vício dos covardes, aparecia como excepcional e vergonhoso entre os aristocratas, mas como algo natural e essencial à plebe, tradicionalmente definida como covarde e temerosa. O advento da sociedade burguesa introduz a mudança dos valores éticos e sociais, transformando também a maneira de definir e de localizar o medo, que deixa de ser o vício característico da plebe para tornar-se um sentimento comum a todos os homens” (Chauí, 2006:87).

superação para algumas pessoas; (2) sem a proteção da rede de vínculos sociais, o indivíduo se tornou frágil e vulnerável como nunca havia sido – vetou-se a emancipação para a maioria (Bauman, 2006:10).

Os medos atuais nasceram ao aparecer simultaneamente a libertação e o individualismo, quando já haviam se afrouxado ou desaparecido os laços de parentesco e vizinhança que uniam com firmeza comunidades e associações, laços que eram tidos como eternos ou que ao menos existiam desde tempos imemoráveis. Para lutar contra o medo, o método que adotou a modernidade sólida foi tentar substituir os laços naturais, irreparavelmente danificados, por seus equivalentes artificiais, isto é, todos os tipos de associações, sindicatos e agrupamentos, a tempo parcial, embora quase de dedicação contínua, unificadas por atividades diárias comuns; a solidariedade ocupou o lugar do pertencimento, erigindo-se na principal defesa contra as mudanças de uma existência cada vez mais arriscada<sup>9</sup> (Bauman, 2006:12) [Tradução minha].

Bauman diz que as classes perigosas originárias, ou seja, época em que o convívio social se tornou parte substantiva do imaginário do medo, eram formadas pelo excesso de população excluída temporariamente, mas que existia uma concepção de que estas pessoas seriam integradas no futuro. Eram grupos despojados de uma função útil em consequência de uma sociedade que seguia a rapidez do progresso econômico e que acabara por não fornecer proteção alguma àqueles que sofriam a desintegração veloz dos laços sociais.

As classes perigosas do mundo contemporâneo<sup>10</sup>, por outro lado, são as que se julgam não-aptas para a integração e que são declaradas inassimiláveis. Não são somente excedentes, mas também supérfluos. Não há mais a expectativa de que sejam integrados à sociedade produtiva: são eternos marginais (Bauman, 2006:15). Essa marginalidade “inevitável” está corriqueiramente relacionada à

<sup>9</sup> “Los miedos actuales nacieron al brotar simultáneamente la liberalización y el individualismo, cuando ya se habían aflojado o roto los lazos de parentesco y vecindad que unían con firmeza a comunidades y corporaciones, lazos que se tenían por eternos o que al menos existían desde tiempos inmemoriales. Para luchar contra el miedo, el método que adoptó la modernidad sólida tendió a sustituir los lazos naturales, irreparablemente dañados, por sus equivalentes artificiales, es decir, toda clase de asociaciones, sindicatos y agrupaciones, a tiempo parcial aunque casi de dedicación continua, unificadas por actividades diarias comunes; la solidaridad ocupó el lugar de la pertenencia, erigiéndose en la principal defensa contra los avatares de una existencia cada vez más azarosa”.

<sup>10</sup> Ainda pela perspectiva dos laços comunitários artificiais, além das associações, sindicatos e agrupamentos, a nação foi, por muito tempo, uma forma de firmar e narrar, como imaginário social, a idéia de comunidade. Mas, hoje, diante da mundialização e das reconfigurações que a constituem, isso já não é uma certeza. No mundo contemporâneo, as linguagens da violência, por exemplo, como palavras de ordem, classificam e projetam alteridades não mais somente em relação à nação (na figura de bárbaros e estrangeiros), mas em relação a uma identidade cosmopolita provida pelos discursos presentes na cultura das mídias.

narração do medo na cidade contemporânea através dos crimes violentos contra a vida e contra o patrimônio.

Nessas divisões há duas fronteiras: uma normativa e outra econômica. Ambas, porém, se complementam. Os marginais da economia (os inassimiláveis) são os que mais são marginalizados pela lei criminal. Assim, os aparatos que o Estado dispõe para manter a ordem são utilizados não mais para combater somente a delinquência, mas, também, essa marginalização econômico-social<sup>11</sup>.

É preciso, então, diante dessas constatações, pensar quais caminhos uma reflexão como essa pode apontar em um contexto diferente, como o latino-americano e, mais especificamente, no contexto brasileiro. Por este viés, a proposta, aqui, é pensar como a construção do medo se dá, hoje em dia, em função dessa conjuntura explicitada, focalizando, neste estudo, a questão das narrativas jornalísticas sobre crimes violentos nas duas maiores cidades do Brasil – São Paulo e Rio de Janeiro.

Em certo sentido, como veremos na análise do *corpus* desta pesquisa, a violência urbana é intimamente associada aos termos guerra e cotidiano, e é a partir desta estratégia narrativa da imprensa que desenvolvo essas duas categorias que são, conceitualmente, muito diferentes.

A observação inicial é de que nas construções discursivas do medo na imprensa brasileira contemporânea – principalmente àquelas marcadas pela temática da violência urbana que assola as grandes cidades no Brasil – há uma recorrente referência à idéia de guerra nos conflitos armados e, por outro lado, uma idéia de insegurança constante atrelada ao cotidiano da cidade.

A violência na perspectiva cotidiana e a violência como guerra são as duas formas de narrar o crime violento mais utilizadas pela imprensa diária. Em ambas as abordagens que os jornais propõem, os eventos compõem um imaginário

---

<sup>11</sup> Esta é a tese do pesquisador Loïc Wacquant: “A polícia foi instituída para combater a delinquência, o flagelo do banditismo ou da criminalidade. Pede-se bem mais a ela atualmente: combater o mal da exclusão social e seus efeitos tão destrutivos, responder aos sofrimentos provocados pela inatividade, a precariedade social e o sentimento de abandono, colocar um freio na vontade de destruir para mostrar que existimos. E aí que se situa hoje em dia a linha principal de nossas instituições, a linha de frente onde se situa a ação cotidiana dos senhores. Em termos claros, embora sua vocação não resida nisso e ela não tenha nem competência nem meios para isso, a polícia deve daqui em diante fazer a tarefa que o trabalho social não faz ou já não faz mais desde que se admite que não há(verá) trabalho para todos. À regulamentação da pobreza permanente pelo trabalho assalariado sucede sua regulamentação pelas forças da ordem e pelos tribunais” (2001:129).

identificado pela repetição incessante, que se torna marca do próprio ato de narrar nestes meios de comunicação. A diferença entre as duas perspectivas está no potencial dramático das ações. Exemplifiquemos: qual a diferença entre um confronto armado envolvendo policiais e bandidos, e um assalto a pedestre? São situações que possibilitam tratamentos diferenciados, mas que produzem significados parecidos: medo e insegurança.

Com a ênfase dada às mediações do jornalismo, não queremos negligenciar a complexidade dos problemas relacionados à segurança pública no Brasil. Porém, é preciso debater a função política que exercem os meios de massa ao tratarem deste tema que nos é tão caro. Deslocamos, assim, o foco de atenção para os sentidos e significações dos atos, e não propriamente para os atos. Entendemos, dessa forma, que os modos de enunciação da violência influenciam as práticas sociais que estão envolvidas nessa problemática.

Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir desta nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela. Portanto, o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência: as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados. Revela-se, aqui, o caráter estruturador dos discursos (Rondelli, 2000:150).

As produções de significados através dos discursos sobre a violência organizam as práticas sociais. Assim, se o medo é uma constante referência ao lermos os jornais, precisamos avaliar as bases dessas estratégias, que, como veremos, tendem a afirmar a política autoritária que clama pelo aparato policial para conter problemas econômicos e sociais. Nessa perspectiva, medo, terror, violência, cotidiano, jornalismo, narrativa e imaginário social são conceitos chaves que emergem como instâncias de entendimento da mobilidade dos sentidos (ou não-sentidos) que a violência expressa na sociedade contemporânea.

Se os ciclos do medo da sociedade ocidental empreenderam um movimento das catástrofes naturais a um medo do outro, ou seja, um *alter* propriamente social, enfatizado pela “era da insegurança” em que vivemos, nos deparamos,

hoje, com um imaginário histriônico que, tomado de fechamento em relação ao seu outro social, constrói nós identitários em meio a um crescente processo de intensificação dos fluxos de informação e reconfigurações culturais, que muitos denominam pelo termo mundialização.

## 1.2 A segurança no mundo contemporâneo

A segurança, nos dias de hoje, é um tema amplamente debatido mundialmente. Mas por que se fala tanto sobre essa necessidade de segurança? Decerto que os medos construíram sociedades e movimentaram relações sociais ao longo dos séculos, mas a que leitura podemos nos ater sobre os medos contemporâneos? Tarefa nada simples e de conclusões precárias.

Nesta ordem do discurso de onde me proponho a falar, os imperativos são muitos. É necessário, por questões até mesmo de capacidade produtiva dentro de uma temporalidade determinada, definir um objeto de estudo que capacite o desenvolvimento de estratégias ligadas à produção acadêmica. Neste sentido, o jornalismo torna-se um campo de concentração de onde partiremos em busca de alguns encontros. Estudar, então, a construção do medo na imprensa brasileira pela temática da violência urbana implica, desde já, em caminhos que nos levam a questões como: narrativa, espetáculo, série, cotidiano e escrita do jornalismo. Essas estratégias discursivas a que estamos sujeitos cotidianamente serão foco de análise sistemática nesta dissertação de mestrado.

Se diante da constatação de Jean-Claude Chesnais (1982) de que vivemos em tempos muito menos violentos que antes da modernidade, por que a violência torna-se potente substância da construção do medo social? Questão genérica esta, se não nos dispusermos a definir de que violência estamos falando, e a que medo estamos nos referindo.

Mas como, de fato, podemos conceituar e abordar a violência<sup>12</sup>, tendo em vista que tal termo se tornou genérico e abrangente, sendo, hoje, amplamente

---

<sup>12</sup> Segundo Ingo Schröder e Bettina Schmidt, há três linhas de pensamento sobre a violência nas pesquisas atuais: (1) a perspectiva operacional, que focaliza as características dos antagonismos, em particular aqueles que são mensuráveis materialmente e que têm conflitos baseados em causas políticas. A perspectiva operacional relaciona a violência com propriedades

utilizado nos discursos de variados setores da sociedade? Seja em pesquisas acadêmicas sociais, em estudos estatísticos, na imprensa ou nas falas dos representantes dos governos, a generalização da expressão acabou por esvaziá-la, ou mesmo diversificá-la demasiadamente.

Apesar disso, o termo vem sempre acompanhado de um teor negativo que geralmente alardeia um aumento dos crimes violentos e suas conseqüências imediatas, como a sensação de medo. Assim, seguiremos a definição de violência no modo como ela é veiculada na imprensa e não através de perspectivas e abordagens teóricas. O objetivo, então, não é aplicar um modelo teórico, mas, antes, analisar a abordagem jornalística em relação à problemática da violência nas cidades e, com isso, apontar as conseqüências da produção desse um imaginário.

Dessa maneira, tendo em vista a problematização das formas como são construídos os significados em relação à violência, examinaremos algumas representações da imprensa de massa: lugares de produção de discurso, nos quais certas enunciações, através da repetição cotidiana, tornam-se instituidoras de um imaginário social do medo. São práticas narrativas produtoras de sentido e de ordenamento, de afirmação de fronteiras, de divisões, que acabam por guiar a ação e o pensamento dos agentes sociais.

Nesse sentido, o conceito de medo com o qual estamos trabalhando tem menos uma conotação psicológica ou subjetiva relacionada aos indivíduos, e mais uma perspectiva política de controle social. Estamos lidando não com algo concreto e palpável, mas com o nível simbólico, com narrações que atribuem

---

gerais da natureza e da racionalidade humanas, e com conceitos gerais de adaptação social a condições materiais. Esta abordagem pretende explicar a ação violenta pela comparação entre diferentes condições estruturais e como estas estruturas são as causas que afetam as condições históricas específicas; (2) a perspectiva cognitiva, que focaliza o funcionamento dos elementos internos (*emics*) da construção cultural da guerra em uma dada sociedade. Esta é a abordagem mais usada para explicar a violência. Ela aborda a violência como, antes de tudo, uma construção cultural, como uma representação de valores culturais. Assim, a violência é vista como contingente em seu significado cultural e em sua forma de representação. Ela deve ser abordada com grande atenção à especificidade sociocultural do contexto histórico. (3) a perspectiva experimental, que olha para a violência como não necessariamente confinada em situações de conflitos entre grupos, mas como algo relacionado à subjetividade do indivíduo, algo que estrutura a vida cotidiana das pessoas, mesmo quando não há um real estado de guerra. Essa abordagem focaliza as qualidades subjetivas da violência. A violência, nessa abordagem, é altamente contingente nas subjetividades dos indivíduos, e seus significados são desdobrados principalmente através da percepção do indivíduo de uma situação violenta do indivíduo (Schröder & Schmidt, 2001: 17) [tradução minha].

características e que lançam pontos de mediação entre ações e significações sociais.

O imaginário do medo é a própria forma com a qual narramos a idéia de medo, ou seja, a maneira como ordenamos e atribuímos sentidos a determinados processos sociais e econômicos. Essa forma de imaginar o medo é o que utiliza e cria o vocabulário com o qual tentamos projetar o que nos aflige. O medo existe, principalmente, nesse âmbito da significação, do simbólico. Do contrário, quando o perigo é ignorado, não há medo.

No caso da conjugação entre medo e violência, podemos dizer que esta tem um caráter performático muito explorado no *fait divers*.

Violência sem audiência continuará deixando pessoas mortas, mas não tem significado social. Ato violento são, provavelmente, mais eficientes por sua demonstração de poder e legitimidade, do que por suas conseqüências físicas. Em outras palavras, a guerra como um processo de longa duração só culmina em reais atos de violência ocasionalmente, e ambas as partes têm indivíduos que não são confrontados com a violência real de nenhuma maneira, mas a violência como performance estende sua eficácia pelo espaço e pelo tempo, e leva sua mensagem para outras pessoas que, em sua maioria, não são afetadas fisicamente pela violência. Além disso, a qualidade performática faz da violência uma experiência diária (com todas as conseqüências para a sociedade) sem que ninguém sofra, de fato, danos físicos todos os dias<sup>13</sup> (Schröder & Schmidt, 2001:6) [Tradução minha].

Por esse viés, ao optarmos por uma perspectiva crítica do imaginário do medo, a tarefa imperativa que se apresenta é a leitura das bases que possibilitam as maneiras de narrar o medo através da violência. A leitura crítica tenta abrir portas, desautomatizando o pacto de leitura que se dá cotidianamente entre texto e leitor de jornal. Lendo as reportagens sob outra perspectiva, tanto temporal quanto funcional, a análise se depara não com a “informação”, mas com o texto e os significados que se desdobram a partir dele. O texto, aqui, não é tratado como a evidência, a clareza, o natural. Quando tratamos esse imaginário cotidiano como texto, a proposta é lê-lo criticamente, ressaltando as razões de serem da maneira

---

<sup>13</sup> “Violence without an audience will still leave people dead, but is social meaningless. Violent acts are efficient because of their staging of power and legitimacy, probably even more so than due to their actual physical results. In other words, war as a long-term process only now and then culminates in real acts of violence, and both parties include lots of individuals who are not confronted with real violence at all, but violence as performance extends its efficacy over space and time and gets its message across clearly to the large majority of people who are not physically affected by it. Also, its performative quality makes violence an everyday experience (with all the consequences to society) without anybody actually experiencing physical hurt every day”.

que são, e, também, seus efeitos e conseqüências. Enfim, o texto não é algo dado, mas uma construção cultural constante.

Nesse processo incessante de construção de significados é possível produzir outros textos através da interpretação. Ler é encontrar sentidos, mas não todos os sentidos. É preciso, também, afirmar o esquecimento de alguns deles, pois não há um “total matemático-virtual” no texto<sup>14</sup>.

O que propomos como leitura do imaginário do medo nos jornais está relacionado com a uma perspectiva singular diante do texto jornalístico que se baseia na violência criminal do cotidiano. O objetivo não é apontar falhas, mas ler através do texto, criando, assim, relações, conexões, articulações, ou seja, um texto que escreve a partir de outro: texto-leitor.

### 1.3 Narrativa e imaginário do medo

Se optamos por analisar as reportagens sobre crimes violentos que são veiculados na imprensa, estamos, inexoravelmente, lidando com narrativas e, por isso, outra questão precisa ser desenvolvida: quais são as implicações da estratégia da série jornalística na construção do medo? Será, então, pelo campo das mediações uma possível análise desta construção. Estamos trabalhando com as mediações sociais nas quais se inserem os discursos jornalísticos, isso que poderíamos chamar, também, de historiografia do cotidiano. Se não podemos atestar uma “vontade de construir o medo”, podemos, com a ajuda de Foucault<sup>15</sup>, arriscar a cartografia de uma ordem do discurso jornalístico e suas imbricações com o par já muito disseminado saber/poder.

<sup>14</sup> “Ler é um trabalho de linguagem. Ler é encontrar sentidos, e encontrar sentidos é nomeá-los; mas, esses sentidos nomeados são levados em direção a outros nomes; os nomes mutuamente se atraem, unem-se, e seu agrupamento quer também ser nomeado: nomeio, re-nomeio: assim passa o texto: é uma nomeação em *devenir*, uma aproximação incansável, um trabalho metonímico. – Em presença do texto plural, o esquecimento de um sentido não pode, pois, ser considerado uma falta. Esquecer em relação a quê? Qual é a *soma* do texto? Alguns sentidos podem perfeitamente ser esquecidos, mas caso se tenha optado por observar o texto com um olhar singular. No entanto, a leitura não consiste em fazer cessar a cadeia dos sistemas, a fundar uma verdade, uma legalidade do texto e, por conseguinte, em provocar as ‘faltas’ do leitor; consiste em imbricar esses sistemas, não de acordo com sua quantidade finita, mas de acordo com sua pluralidade (que é um ser, não uma redução): passo, atravesso, articulo, provoco, não conto. O esquecimento dos sentidos não é um erro; é um valor afirmativo, uma maneira de afirmar a irresponsabilidade do texto, o pluralismo dos sistemas: é precisamente porque esqueço que leio” (Barthes, 1992:44).

<sup>15</sup> Cf. Foucault, 2005.

Os traços de narrativa do real e da construção de um real contínuo através da serialização descontínua dos diários são complexas problemáticas. O cotidiano que os jornais diários constroem é, como pressuposto, sempre o mesmo: ele é empiricamente alcançável por todos, ou pela maioria, que os lêem. O espaço público do cotidiano torna-se, então, um espaço contínuo dentro da narrativa que se inscreve diariamente. Aí está colocado, portanto, o problema da série no jornalismo. Se estamos neste diapasão, a própria escolha do objeto colocou como critério uma explicitação desta construção serial, não somente pela temática, como poderia se dar pela violência urbana, mas pela dramatização de conflitos que se desenrolam por mais de um dia.

A violência atual parece ser “mais violenta”, pois acreditamos que determinadas conquistas modernas (democracia, produção material/industrial, controle técnico, planejamento) extirpariam a violência. No entanto, ela sempre se renova e se traveste de outras personagens. Ela é o indecifrável, o que, em última instância, exhibe a derrota de um projeto de estabilização. A violência, assim, movimenta a história, é mola propulsora que não cessa de trabalhar e saltar no tempo. É a busca do desconhecido que nos impulsiona a escrever, a esclarecer, a incorporar conhecimento. O desconhecimento das causas ou do sentido do que vivemos no cotidiano é o que nos inquieta e nos coloca em concerto com as narrativas da violência da cidade urbana contemporânea.

A violência do dia-a-dia é desconhecida para o jornal: as estatísticas mostram que o número de casos ocorridos é muito maior do que os casos noticiados. Roubos de automóvel, assaltos, furtos e brigas são exemplos de crimes cotidianos que não ganham espaço e, portanto, não são elementos que compõem a “realidade” narrada pelos meios. A produção de realidade não está atrelada à violência ‘miúda’ e sim, à violência como conflito ou à violência associada aos crimes contra o patrimônio (principalmente) e contra a vida. Sendo que este último tem um potencial dramático muito maior e, conseqüentemente, possibilita uma produção imagética espetacular da realidade. O ponto principal de definição do caráter espetacular é sua ampla eficácia como representação que utiliza a sedução como principal valor de referência, sendo esta sedução atrelada intimamente à vontade de eficiência que permeia a idéia de cultura de massa.

A inquietante familiaridade da violência – a chamada ‘escalada da violência’ – está ligada menos às estatísticas e mais às representações que nos

chegam cotidianamente, seja através dos jornais, da televisão, do cinema ou mesmo da Internet. Ao nos debruçarmos no jornalismo, estamos lidando com um campo discursivo que vai do diário ao semanal, do mensal ao instante – jornalismo que chega a apresentar notícias com hora e minuto estritamente demarcados. Atravessando todos esses meios e suas periodicidades, lemos as narrativas histriônicas que apavoram o leitor, criando mesmo uma “*polisfobia*”<sup>16</sup>.

A produção imagética do terror cumpre um papel disciplinador emergencial. A ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas produz fantasias de pânico do “caos social”, que se ancoram nas *matrizes constitutivas* da nossa formação ideológica (Batista, 2003:34).

O controle social, numa época como a nossa, é feito por uma hierarquização rígida e excludente, que se impõe, também, pela produção disciplinadora das imagens do terror: são produções de realidade que evocam um imaginário do medo e, propriamente, o constituem pela repetição. O espaço público sendo dividido com as classes subalternas é motor da disseminação de pânico e de ojeriza em relação a esse “outro” social, este que não pode ser assimilado, e que encarna todos os dias a figura da barbárie.

Essas imagens do medo, por esse viés, compõem um espaço simbólico marcado por um tipo de disciplina que evoca e está relacionada com as paixões humanas. Hoje, subjetividades são formadas não pelo discurso definido e doutrinador (como era o papel do intelectual de outrora), mas pela suposta narração objetiva do real, pela sedução da realidade, ou ainda, por um poder libidinal<sup>17</sup>. Rejeita-se a absorção de uma verdade discursiva e abre-se para a formação da consciência através de discursos em forma de representações. No

<sup>16</sup> O medo de habitar a cidade está relacionado com a idéia de insegurança que o espaço público representa. Essa insegurança, por sua vez, está baseada na coexistência e na mistura entre pessoas de classes sociais diferentes. Essa variedade acaba sendo uma fonte de temores.

<sup>17</sup> “No capitalismo tardio a cultura midiática se transformou no lugar onde as batalhas ideológicas pelo controle dos imaginários ocorrem. Pelo seu raio de alcance e por seu formato visual, os meios contribuem em grande medida para a delimitação de novas formas de subjetividade, estilo, visão de mundo e comportamento. A cultura midiática é o aparato ideológico dominante hoje em dia, substituindo a cultura letrada em sua capacidade para servir de árbitro do gosto, dos valores e do pensamento. A vantagem da cultura midiática sobre os outros aparatos ideológicos situa-se, precisamente, no fato de que seus dispositivos de sujeição são muito menos coercitivos. Diríamos que por eles não circula um poder que ‘vigia e castiga’, mas um poder que seduz. Não estamos, portanto, frente ao poder disciplinário da modernidade, criticado por Foucault, mas frente ao poder libidinal da globalização” (Castro-Gomez, s/d) [tradução minha].

entanto, há lógicas nessas representações. Travestem-se, os discursos, em representações da realidade e da objetividade.

Essas representações formam o que chamamos de imaginário. Este, por sua vez, não é o espaço onde se estabelece o jogo entre o falso e o verdadeiro. Não estamos tratando de deformações da realidade ou de verdades essenciais. Isso, porém, não desvincula o imaginário produzido pelos meios de comunicação de massa de uma perspectiva política, pelo contrário. Este, quando lido criticamente, torna-se o palco onde a luta pelo controle dos significados ocorre<sup>18</sup>.

#### 1.4 Metodologia

É importante delimitarmos o porquê da forma de construção da metodologia utilizada neste estudo. Com o intuito de analisar narrativas jornalísticas, optamos por trabalhar séries de reportagens que tratassem do tema focalizado na pesquisa. O que chamamos de série é o conjunto de reportagens sobre um ou mais eventos que são unificadas por uma rubrica específica. Todas as séries têm como tema principal crimes violentos.

A dissertação está dividida em duas partes: a primeira trata da violência no cotidiano e a segunda trata da violência espetacular. As séries de reportagens são, assim, equacionadas de acordo com o critério da construção narrativa. Das quatro séries, “A Guerra do Rio” (*O Globo*) e “Guerra urbana” (*Folha de S. Paulo*) se constroem a partir de eventos cuja cobertura não fora planejada. Além disso, trata-se de acontecimentos que geraram uma grande repercussão tanto em suas cidades, como no país, e que foram associadas ao termo guerra. O resultado das análises constitui a parte II deste estudo.

As duas outras séries, analisadas na parte I, se agrupam por serem fruto de uma elaboração antecipada que organizou a cobertura jornalística. Estas séries são pautas sugeridas que poderiam ou não ser acatadas pelo editor. Ambas são extremamente baseadas em estatísticas e utilizam estratégias narrativas que

---

<sup>18</sup> “Os meios produzem e fortalecem ‘sistemas de crenças’ a partir dos quais umas coisas são mais visíveis e outras não, alguns comportamentos são induzidos e outros evitados, umas coisas são tidas como naturais e verdadeiras, enquanto outras são tidas como artificiais e mentirosas” (Castro-Gomez, s/d:18) [tradução minha].

puderam ser trabalhadas com um pouco mais de tempo, que não a pressa da rotina.

A proposta metodológica desta pesquisa é de análise discursiva. Uma análise que é remetida à construção de um sistema de significação social, que denominamos, aqui, de imaginário social. Esse sistema é algo do tipo orgânico: é flexível, moldado no tempo por ações, mas que, acreditamos, é ainda passível de análise, se nos mantivermos atrelados a um período histórico determinado que, no caso, é o que poderíamos chamar de período contemporâneo.

O que fizemos foi, então, elaborar tabelas que dividiam os blocos narrativos de cada série. Estes blocos narrativos foram formados de três maneiras distintas, de acordo com as necessidades analíticas de cada série: (1) reportagens que estão na mesma página do jornal (“Guerra do Rio”); (2) reportagens que foram publicadas na mesma edição (“24 horas” e “Geografia da violência”); (3) cada reportagem forma um bloco narrativo (“Guerra urbana”). Estes blocos narrativos foram formados de acordo com as características de cada série analisada, e analisados em função de alguns parâmetros estabelecidos: títulos, citações, recursos visuais, testemunhos, marcas textuais, analogias/derivações, observações. Esta foi a metodologia empregada em todas as reportagens selecionadas com o intuito de destacar os pontos principais de cada uma.

Diante dessa abordagem inicial, surgiu um questionamento: como trabalhar a relação da teoria com o recorte da pesquisa sem que isso se torne um movimento de mão única, ou seja, partir do geral para o particular ou do particular para o geral? Considerando esta preocupação, optei por tentar ativar uma perspectiva que transitasse nos dois sentidos, que seguisse uma idéia de deslocamento. A partir disso, cada série foi analisada em sua especificidade, sem o intuito de aplicar um modelo, e sim de ensaiar uma abordagem. Portanto, os resultados são frutos de uma leitura que tenta articular e expandir as significações, num movimento que transforma a “informação” em texto.

Essa forma de tratar a pesquisa, na qual o esforço de recomeçar está presente na análise de cada série, acaba, inevitavelmente, lidando com a repetição, pois esta é característica do objeto selecionado (a narração da violência pela imprensa segue os caminhos da redundância). Os quatro capítulos que compõem o desenvolvimento deste estudo tratam do mesmo tema (o imaginário do medo

constituído pela violência urbana que é narrada nos jornais), mas tentando abordar cada série em sua diferença.

O objetivo de nossa análise, então, não é propriamente buscar as estruturas das formas de narrar o cotidiano da cidade, mas, sim, identificar e analisar as relações que são estabelecidas para a produção dos sentidos da violência quando narrada nos periódicos massivos aqui pesquisados. A produção de sentido é, assim, o próprio ato de articular e de estabelecer relações.

Seguindo esse procedimento, esta pesquisa explora algumas questões que compõem o debate atual no campo da comunicação social e, mais especificamente, no campo do jornalismo, tendo em vista que não é possível defini-lo como um campo autônomo. Neste sentido, as análises privilegiaram uma abordagem multidisciplinar que tem como ponto de partida questões do jornalismo, mas também de outras áreas como sociologia, antropologia, história e literatura.